



SAÚDE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO: UMA DIGRESSÃO SOBRE A BAIXADA MARANHENSE

Regina Célia de Castro Pereira

regina@cecen.uema.br

rdecastropereira@yahoo.com.br

Doutoranda em Geografia. UNESP/UEMA

RESUMO

O presente artigo discute os temas saúde, ambiente e desenvolvimento em uma abordagem global, abordando a situação de doenças na realidade do Estado do Maranhão a partir de seus dados socioeconômicos e de saúde e de três municípios da Baixada Maranhense, precisamente, Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento. A discussão visa a caracterização do processo de desenvolvimento do Estado nessa região, bem como dos padrões de qualidade de vida da população. Foram utilizadas fontes bibliográficas sobre os temas desenvolvimento, qualidade de vida e fontes sobre a Baixada Maranhense. Consideraram-se dados socioeconômicos e dos cadernos de saúde do Ministério da Saúde, do Maranhão e dos três municípios já citados, através dos quais se analisou o desenvolvimento do Estado, identificaram-se disparidades do mesmo e abordou-se a dinâmica paisagística da Baixada Maranhense e as realidades socioambientais dos três municípios. As considerações finais indicam uma contradição entre a gestão dos espaços, ocupada por uma população pobre, em ambientes ricos, evidenciou-se falhas na gestão de recursos voltados para tratar os problemas básicos para a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Maranhão, Baixada Maranhense

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute os temas saúde, ambiente e desenvolvimento em uma abordagem global, abordando a situação de doenças na realidade do Estado do Maranhão, a partir de dados socioeconômicos e de saúde do Estado, e de três municípios da Baixada Maranhense, precisamente, Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento, visando a caracterização do desenvolvimento do Estado nessa região, bem como dos padrões de qualidade de vida da população.

Através de considerações históricas sobre o processo de desenvolvimento das forças produtivas no contexto da expansão do capitalismo e da forma como tal produção chegou aos países em via de desenvolvimento e as transformações daí decorridas, discutiu-se temas intrinsecamente relacionados aos desafios do desenvolvimento do Estado.

No sentido de análise do desenvolvimento, buscaram-se noções conceituais sobre o mesmo, o qual se considera neste ensaio, a noção de desenvolvimento apresentada por Mendes (1994), como a criação de condições tendentes à produção do ser humano em sua integridade. É, portanto, um processo que incorpora objetivo. O desenvolvimento econômico e material são vistos como elementos importantes, mas em si insuficientes, para a promoção do desenvolvimento humano.

Considerando tal insuficiência dos padrões de desenvolvimentista para a promoção do desenvolvimento humano, destaca-se como um aspecto presente em muitos dos documentos, os problemas decorrentes das relações entre sociedade e o ambiente que culminam no aumento de doenças decorrentes das condições inadequadas de tal interação. Nesse sentido, ressalta-se a importância de discutir a noção de qualidade de vida, suas relações ao desenvolvimento, tal como difundido na visão capitalista, caracterizado pela possibilidade de se ter bens materiais em número cada vez maior para atender necessidades crescentes, frequentemente, produzida pela (e para) própria estruturação do capitalismo.

Diante de tal conjuntura, Santos (2003) analisou a questão da saúde e ambiente no processo de desenvolvimento, onde demonstrou como a técnica utilizada nos processos que caracterizam o desenvolvimento, está a serviço da política, o que nos leva a perceber que os problemas relacionados à saúde, à qualidade de vida, à qualidade ambiental, são resultados do poder da técnica sobre a ciência e do mercado sobre a técnica. Assim, propõe uma reflexão sobre os efeitos das medidas políticas e estratégicas que a economia capitalista impõe à sociedade e a ciência, e que, no caso da sociedade, se reflete sobre a qualidade de vida.

A qualidade de vida, por sua vez, é discutida de forma multidisciplinar, logo, tem noção conceitual multidimensional, caracterizando grande complexidade em definir padrões de qualidade de vida. Assim, considera-se para discussão, o apresentado pela ONU (Organização das Nações Unidas) que defini a qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1998).

Tal subjetividade considerada na noção conceitual de qualidade de vida constitui um paradigma se comparado com a noção de desenvolvimento que foi difundida e praticada pelos países, sobretudo de cultura ocidental, nos quais o discurso do desenvolvimento está atrelado à noção de riqueza e crescimento econômico, sustentado pelo incentivo ao consumo em massa de bens materiais produzidos por poucos e de forma excludente, que ao serem lançados no mercado transformam a parte da sociedade não consumidora, em excluída afetando-lhe a qualidade de vida. Nesta perspectiva, Augusto e Rigoto (2007), caracterizam tal processo, como um conjunto de riscos que ameaçam as atuais gerações, sua qualidade de vida e possivelmente as próprias condições de sobrevivência das gerações futuras, caracterizando, na alta modernidade, uma *sociedade de risco*.

Por fim, a partir do banco de dados “Maranhão em dados” produzido pelo governo estadual em 2007, o qual apresenta uma síntese de dados demográficos e socioeconômicos com fonte do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), analisa-se a noção de desenvolvimento para o Estado, pontuando a situação dos três municípios citado inicialmente. Para tanto, considerou-se também os dados do Caderno de informações de saúde dos municípios de Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento disponíveis no site do Ministério da Saúde.

Assim, realiza-se uma análise integrada sobre a saúde, ambiente e desenvolvimento, através da qual, faz-se uma leitura dos problemas relacionados ao desenvolvimento da população no Maranhão, sobretudo, apontar as dificuldades à sustentabilidade de suas atividades e comunidades.

2- SAÚDE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Discutir a temática do desenvolvimento no contexto da saúde humana e do ambiente, nos remete incondicionalmente à análise dos processos históricos ligados à expansão da produção capitalista pelo mundo e seus reflexos sobre o uso, apropriação e repartição da riqueza produzida nos diferentes recortes espaciais dos países e seus Estados.

Para o caso do Brasil, o desenvolvimento econômico é caracterizado por muitos autores, com um caráter insustentável, considerando que foi ambientalmente devastador pela forma como os ciclos econômicos foram desenvolvidos; economicamente desigual pela elevada concentração de renda, estruturada ainda nos primórdios da atividade cafeeira; socialmente injusto, uma vez que, a riqueza natural e a riqueza produzida não estiveram, ao longo da história do Brasil, à disposição da população, sobretudo a trabalhadora.

As propostas e metas de modernização econômica responsáveis pelo crescimento do PIB per capita no Brasil, não foram capazes de amenizar as desigualdades regionais que são marcantes ainda hoje, e muito dos problemas socioambientais atuais enfrentados pela população, foram produzidos inicialmente, pela baixa renda familiar. Para Kliksberg (2003, p.15) a pobreza de metade das famílias na América Latina se manifesta, dentre outros

aspectos, no plano mais básico, a alimentação. Tal deficiência se manifesta na ocorrência de doenças relacionadas à má alimentação e nutrição.

Acrescenta-se também, que o modelo de desenvolvimento adotado por este país produziu a degradação ambiental, violência, desemprego, falta de moradia entre outros, deixando no Brasil um rastro de desigualdade que se tornou mais acentuado com a globalização, que impôs padrões de vida sustentados no consumo e na supervalorização do ter. Em relação a tal aspecto, Goulet (2002), ao abordar o desenvolvimento autêntico comenta que o problema da desigualdade não está na pobreza, mas na riqueza, e que, a solução para a pobreza está em uma mudança maciça na cultura do supérfluo a fim de colocá-la na trilha do contra desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, identifica-se o eminente risco do padrão de produção da riqueza. Por mais de um caminho, os custos para obtenção e manutenção do padrão de consumo nas sociedades capitalistas, afetam a qualidade de vida, inicialmente pela elevada demanda de recursos naturais, que de uma forma ou de outra, forçam as alterações na interação sociedade-natureza, em muitas das quais, as alterações caracterizam-se por uma visão reducionista e simplória do ambiente, em que este, se torna um simples fornecedor de recursos. E por outro lado, o ambiente torna-se também no simples repositório dos rejeitos humanos em suas diversas atividades.

Em relação a tal conjuntura, alguns aspectos devem ser considerados:

- A percepção dos problemas ambientais a partir dos anos 1960 contribuiu para a estruturação da questão ambiental e de toda a discussão daí decorrente, resultando na busca por uma nova proposta para o desenvolvimento, que seja sustentável.
- O entendimento de que os problemas socioambientais são também econômicos, e, portanto, devem estar incluídos nas políticas de governos, numa perspectiva de que os gastos com a manutenção da qualidade vida são investimentos a médio e longo prazo.
- Que o avanço tecnológico inerente ao modelo de desenvolvimento econômico deve estar a serviço de todas as classes sociais, portanto devem funcionar a favor da inclusão da melhoria da qualidade de vida e não da exclusão pela falta de condições de consumo de artigos modernos.

Nesta perspectiva de entendimento do modelo produtivo e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, se analisará as realidades do Estado do Maranhão, especificamente dos municípios Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento, com base nos dados disponíveis em Maranhão (2007) e nos Cadernos de Informação de Saúde, através dos quais se pretende identificar as ligações entre as estratégias de crescimento da economia maranhense e os seus indicadores socioambientais.

2.1 O Estado do Maranhão: Desafios para construção de um estado

O Estado do Maranhão tem uma área de quase 332 mil Km², sobre a qual situam-se 217 municípios e uma população de 6.036.607 habitantes (MARANHÃO 2007a). Apresenta uma significativa disparidade espacial, ao considerar a distribuição da população no território e as atividades econômicas.

O processo de formação do Estado, iniciado no século XVII com as incursões espanholas e francesas na porção norte das terras do Brasil. A ocupação das terras ocorreram nas mesmas perspectivas das iniciativas adotadas pela coroa portuguesa para ocupação do Brasil. Sendo assim, iniciou-se pela ocupação do litoral com as missões dos jesuítas e posteriormente pelo continente, através da corrente dos criadores de gado, a qual resultou na consolidação dos núcleos urbanos nessa porção do Estado (CABRAL, 1992 p.149).

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX a economia maranhense esteve concentrada na atividade agroexportadora, com destaque para produtos como a cana-de-açúcar, o algodão e o arroz. Com a crise nos sistemas agroexportadores, o Maranhão passou por um período de crise econômica que só veio a se reestruturar com a indústria têxtil no início do século XIX. Atualmente a economia esta baseada na agricultura, no extrativismo e na indústria de transformação (alumínio, madeireira e alimentícia).

A população ativa do Estado, em torno de 3.041.592 habitantes (MARANHÃO, 2007a), ocupa-se significativamente das atividades agropecuárias, seguida da indústria, construção civil e outras.

A concentração da PEA em atividades do setor primário, expressa a participação da agricultura no mercado de mão-de-obra local, este fato corrobora com a situação da significativa parcela da população (31,90%) viver ainda em zona rural, em municípios que em sua maioria, encontram-se na classe de distribuição da população entre 10.001 e 20.000 habitantes, sendo um total de 75 municípios.

Neste contexto, destacam-se como atividades agrícolas predominantes as lavouras temporárias do arroz, mandioca, milho e soja. Sendo que, dentre estas 4 lavouras, somente a soja, destaca-se como produto tipicamente comercial, permanecendo as demais, como cultivos com pouco uso de técnicas, baixa produtividade, voltado para subsistência e com baixa parcela de contribuição no PIB dos municípios.

Diante de tal conjuntura, compreende-se a predominância do baixo PIB do Maranhão no PIB brasileiro que em 2005 foi de 1.18%. Tal participação, é representada em mais da metade, por apenas cinco municípios: São Luis, Imperatriz, Balsas, Açailândia e Caxias. Tais municípios concentram 53, 81% da economia maranhense, e os demais 212 municípios, respondem pelo 43,19% restantes (MARANHÃO, 2007 b).

As disparidades se configuram também na distribuição da população, onde, entre o primeiro município mais populoso, a capital São Luis com 870.028 habitantes (id ibid) e o segundo Imperatriz com 230.566 habitantes (id ibid) há uma diferença de mais de 600.000 habitantes. Enquanto 34,6% da população encontram-se nos 75 municípios já citados, na classe entre 10.001 e 20.000 habitantes, e 27.2 % da população, em municípios na classe entre 5.001 a 10.000 habitantes (MARANHÃO, 2007 a).

Assim, o território maranhense fica caracterizado por extensas paisagens com poucas transformações econômicas, dominando quilômetros de coberturas vegetais de capoeiras, pastos e babaçuais, alternados por pequenos núcleos urbanos concentrados às margens de rodovias, estes ocupados por uma população de pequenos agricultores, funcionários públicos e trabalhadores do comércio e serviços, quase sempre informais, polarizados pela capital do Estado ou por cidades médias vizinhas às nossas fronteiras, como é o caso de Terezina (PI), que influencia municípios da região leste maranhense como Timon, Caxias, Aldeias Altas e outros.

E para completar a noção das disparidades existentes no Maranhão, destaca-se a diversidade de paisagens regionais, já conhecida por diversas mídias em âmbito nacional, que confirmam a situação de transição do estado entre dois grandes domínios paisagísticos brasileiros, a Amazônia e o Nordeste.

Desta forma, destacam-se complexos paisagísticos como a zona litorânea, com os seus litorais de rias e de dunas; a Baixada Maranhense, a zona dos cocais e de cerrados, que juntos produzem um mosaico de paisagens, culturas e oportunidades para o Estado.

É pertinente, entretanto, considerar as condições da qualidade de vida desta população em relação aos atendimentos básicos e na aplicação dos recursos para administração do (tabela 1).

Tabela 1 - Consolidação das Despesas empenhadas, administração direta e indireta, por função, Maranhão, 2000/2005

FUNÇÕES	ANOS											
	2000 (%)		2003 (%)		2004 (%)		2005 (%)					
TOTAL	2	497	940	3	692	817	3	321	960	3	780	352
	015(100%)			108			770			380(100%)		
				(100%)			(100%)					
Educação	15.23			25.70			17.17			17.68		
Saneamento	2.62			2.98			1.37			0.45		
Segurança Pública	0.33			7.80			8.83			8.33		
Ciência e tecnologia	0.12			0.55			0.20			0.29		
Energia	0.73			0.27			0.18			0.00		

FONTE: Maranhão, 2007

A forma como tem sido consolidada as finanças públicas, apresentam que não há um crescimento linear nos setores que estão voltados a serviços diretos para a população. Ao analisar a tabela 1, embora os gastos com educação representem maior percentual dos recursos, houve uma redução entre os anos de 2003 e 2004. No caso do saneamento, energia, ciência e tecnologia, os gastos têm sido gradualmente reduzidos.

Tais diretrizes refletem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que em 1991 foi 0,543 e em 2000, 0,636 (PNUD, 2009), no qual o Maranhão ocupa última posição no ranking do IDH do Brasil. Não obstante, torna-se fácil inferir tal indicador com a concentração de renda e desigualdade social do Estado.

2.2- A Baixada Maranhense

Segundo a divisão territorial do Estado, a Baixada Maranhense encontra-se na Mesorregião Norte Maranhense (IBGE, 1997), é constituída por 20 municípios, quais sejam, Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Cajapió, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana, Vitória do Mearim.

Em 1991, foi criada a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, pelo decreto lei 11.900, de 11/06/1991, reeditado em 05/10/1991 esta unidade de conservação passou a abranger 23 municípios (MARANHÃO, 2002) abrangendo os municípios que fazem parte da Microrregião da Baixada Maranhense, e mais, Lago Verde, Mirinzal, Pio XII, São Mateus do Maranhão e a área da ilha dos Caranguejos pertencente ao município de Cajapió. Entretanto, o estado atual desta unidade de conservação não corresponde às recomendações para ela definidas.

A paisagem da Baixada da Maranhense é marcada, predominantemente, pelos extensos campos, lagos, capoeiras e tesos que demonstram os resultados da interação entre elementos bióticos e abióticos sobre os quais o antropismo do uso de recursos naturais caracteriza uma área de variados tensores e impactos sobre os ecossistemas.

A área da Baixada Maranhense é drenada pelos rios Pindaré, Mearim e Grajaú, que deságuam no Golfão Maranhense, e Turiaçu, Pericumã e Aurá, que deságuam nas reentrâncias. Todos de regime pluvial, que, durante o período chuvoso, extravasam suas águas sobre a planície então coberta por campos, transformando as áreas mais rebaixadas em lagos rasos com grande produtividade de peixes.

A dinâmica das águas na Baixada Maranhense constitui principal elemento da dinâmica da paisagem, uma vez que modifica a fisionomia da cobertura vegetal e direciona as atividades da população, que no período chuvoso (entre dezembro e maio), ocupam-se das lavouras de mandioca, milho e arroz. E, durante o período das vazantes, a partir de junho, concentram-se na pesca em lagos e rios, ricos em alimentos. Na estiagem, ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro, desenvolvem-se campos de gramíneas e ciperáceas propícias ao pastoreio animal, notadamente rebanho bubalino e bovino e a colheita das roças, seguida da produção de farinha.

A ocupação da Baixada Maranhense esta relacionada às correntes de povoamento iniciada pelo litoral no século XVII, seguindo os avanços das missões jesuíticas ao longo do vale do Mearim e Pindaré na missão de dominar os índios guajajaras (CABRAL, 1992). E mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, a expansão da atividade canavieira nas várzeas da Baixada, contribuiu para formação de novos núcleos urbanos.

A permanência da população descendente dos primeiros moradores esteve sempre relacionada à abundância de recursos encontrados, na capacidade produtiva dos corpos aquáticos e nas roças.

O incremento populacional atual dos municípios na Baixada tem forçado maior desmatamento das áreas para instalação de roças, inclusive em áreas de várzeas. Este fenômeno junto a outros praticados há muito tempo, como a criação de gado e a pesca, explicam impactos perceptíveis, como cita Costa Neto et al. (2000).

- ✓ Introdução do gado bubalino, há cerca de 40 anos, o que provocou a morte de macrófitas aquáticas, assoreamento dos corpos d'água e queda da produção de pescado;
- ✓ Projeto de irrigação;
- ✓ Pesca predatória;
- ✓ Construção de barragens;
- ✓ Introdução de espécies exóticas;

2.2.1 - Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento- Singularidades de um Estado

Para fins de análise da relação entre saúde, ambiente e o desenvolvimento, aborda-se os dados dos municípios de Pedro do Rosário, São Bento e Pinheiro situados na bacia do rio Pericumã. Este rio nasce a partir da convergência dos rios Bamburral, Campinima, Poção da Cobra, Grande, Santa Rosa e Jandiá, entre os paralelos: 2°02' e 3°07' de latitude sul e os meridianos: 44°30' e 45°30' de longitude oeste, drenando uma área de aproximadamente 3.888.55 km², na porção noroeste da Baixada Maranhense, abrangendo os seguintes municípios: Pedro do Rosário, Pinheiro, Palmeirândia, Peri-Mirim, São Bento, São Vicente Ferrer, Matinha, Viana e Guimarães, Bequimão, Central do Maranhão e Mirinzal. Estes quatro últimos pertencem à Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, e recebem influência da hidrodinâmica de marés (PEREIRA, 2006).

Os três municípios apresentam características muito semelhantes entre si, fazem parte da mesma bacia hidrográfica, na qual a paisagem é dominada por cobertura vegetal de mata secundária, intercalada por capoeiras, matas ciliares e igapó, nas áreas cortadas por pequenos córregos.

A porção noroeste da Baixada Maranhense, área banhada pelo rio Pericumã, se distingue de outras da região, pela predominância de terra firme, considerando que os campos de várzeas constituem a paisagem dominante da mesma (Figura 1).



Figura 1: Sistemas ambientais do rio Pericumã: Igapó e Campos inundáveis

Embora o município de Pinheiro tenha maior destaque regional sob os aspectos demográfico e econômico. Entretanto, os dados disponíveis no Caderno de Informações de Saúde (BRASIL, 2009), sobre itens como saneamento, rede de assistência, profissionais por equipe, assistência ambulatorial, assistência hospitalar, morbidade hospitalar, nascimento, mortalidade, imunização e atenção básica, indicam que em todos três, há predomínio de coleta de águas em poços ou nascentes, o uso de fossa rudimentar como principal forma de saneamento, o destino do lixo em áreas desocupadas ou queimado. Ao se comparar com as causas de mortalidade dos municípios, observa-se que as causas relacionadas a doenças infecciosas e parasitárias são significativas. O que provavelmente está relacionado às condições de saneamento básico dos mesmos (tabela 2).

TABELA 2- População, saneamento e causas de morbidade em Pedro do Rosário, Pinheiro e São Bento.

Informações/Município	Pedro Rosário	do Pinheiro	São Bento
População (2005)	23.263	72.666	34.190
Abastecimento de água em (%) ano 2000			
Rede geral	3,1	28,4	42,2
Poço ou nascente	85,9	52,2	43,1
Outra forma	10,95	19,4	13,7
Saneamento (2000)			
Rede Geral	0,1	0,1	0,1
Fossa séptica	0,4	12,9	7,3
Fossa rudimentar	31,4	59,3	40,9
Vala	6,2	6,0	9,4
Rio, lago ou mar	0,1	0,1	0,2
Outro escoadouro	0,3	0,7	0,7
Não tem instalação sanitária	61,6	20,08	41,3

Morbidade Hospitalar/ Total da população (2006)

Causas	Pedro do Rosário	Pinheiro	São Bento
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	26,3	8,4	7,6
Doenças do aparelho respiratório	-	7,3	5,9
Doenças do aparelho circulatório	36,8	43,4	39,8
Algumas afecções originadas no período perinatal	15,8	3,3	7,6
Neoplasias (tumores)	-	15,0	5,9
Causas externas de morbidade e mortalidade	10,5	12,0	13,6
Demais causas definidas	10,5	12,8	23,7

Fonte: DATASUS

Esta breve análise entre condições de saneamento e doenças causas de morbidade constitui apenas umas das formas de identificar os efeitos dos modelos de desenvolvimento praticados em muitos dos países.

Esta análise se complementa ao inferir o IDH municipal. No caso de Pedro do Rosário, apresenta um dos mais baixos IDH do Estado, em 2000 era de 0,536 segundo. Este indicador é justificado pelos elevados índices de: analfabetismo, 40%; mortalidade infantil, 65,3 por mil e esperança de vida ao nascer, 60,2 anos (IBGE, 2000), que, aliados à baixa arrecadação municipal, expressam a pobreza da população. No município de Pinheiro, o IDH em 2000 foi 0.639, mortalidade infantil 50,9 por mil e esperança de via ao nascer, 62,2 anos. Em São Bento, o IDH foi de 0,592 (PNUD, 2000), mortalidade infantil é de 65,3 por mil, esperança de vida ao nascer 50,7% (PNUD , 2000).

Dessa forma a pobreza expressa na região do Pericumã exemplifica a realidade da Baixada Maranhense e do Maranhão. O que permite caracterizar que nesta digressão sobre a Baixada Maranhense, as características que ora se apresentam na realidade, estão relacionadas às decisões estabelecidas em áreas outras, muitos distantes dali, que, no entanto, atingem sob diversas formas o equilíbrio local.

Os reflexos de tais influenciam por sua vez, estão presentes em outros indicadores, aqueles da violência urbana, do crescimento da criminalidade, refletindo sob diretamente na qualidade de vida. Ainda que este conceito, tal como defendem Seidl e Zanom (2004), tenha conotações particulares a cada indivíduo, há de se considerar os indicadores que homogeneizam a população enquanto conjunto de cidadãos, com os direitos de sobrevivência assegurados.

Considera-se que tal encadeamento dessas idéias, se efetivamente forem propostas para programas de planejamento para o desenvolvimento, estruturaria um novo ciclo, quebrando os gargalos impeditivos do bem estar de todos e garantindo a permanência das condições atuais ou ainda melhores, da qualidade de vida para a população futura.

CONCLUSÃO

A análise sobre saúde, ambiente e desenvolvimento possibilitou a identificação de aspectos sobre as estratégias desenvolvimento em nível local, regional e internacional na realidade dos países em via de desenvolvimento.

A discussão enfocando a saúde, ambiente e desenvolvimento, ou temas semelhantes, deixam clara a necessidade de se pensar nesses temas como algo que diz respeito a todo cidadão, inclusive os representantes políticos.

Considerar que desenvolvimento (sem adjetivos) é para bem estar de todos, e não de algumas minorias; há de considerar que a padronização do consumo, um sustentáculo para a economia capitalista, é hostil às pluralidades culturais, que nem toda sociedade, deve ser inserida nesse modelo, pois corre o risco do empobrecimento; Há de se considerar que o compromisso com o futuro corresponde às ações de agora; E que os custos sociais com as condições indispensáveis de vida, não passam dos mais justos investimentos das arrecadações estaduais.

Cabe portanto à sociedade, diante do domínio do conhecimento de técnicas capazes de solucionar problemas inseridos na mesma, e do paradigma de conviver com estes problemas de forma secular, cuja solução está em medidas preventivas, o desafio de compatibilizar os interesses entre o capital e o social.

Os dados que foram apresentados sobre os municípios da Baixada Maranhense e sobre o Estado do Maranhão, funcionaram como exemplo concreto desse paradigma. Porque a população maranhense permanece apresentando os piores indicadores sociais do país, enfrentando graves problemas de saúde, pela falta de medidas simples como o saneamento básico?

O Maranhão, enquanto um território de zona de transição, com uma variedade paisagística repleta de potencialidades e possibilidades de desenvolvimento, estagna num cotidiano bucólico de conformismo populacional e de ideologias políticas locais, a favor do aumento das distancias entre as suas diferentes classes sociais.

Diante de tal conjuntura é necessário, valorizar toda iniciativa de formação intelectual da população, com vistas à reflexão das diferentes realidades, à crítica e à participação política da população.

Talvez assim, as populações humanas em seus diferentes países tenham condições de identificar, conhecer, agir e reagir às decisões econômicas tomadas nas sedes de grandes empresas para alcance de metas puramente econômicas, que ao se difundirem no mundo, produzem resultados negativos aos menores grupos possíveis, quer seja pela poluição, exclusão econômica, violência e outras, que no entanto, constituem, causas globais com efeitos locais.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO MARANHÃO/ Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento - UEMA. São Luis: GEPLAN, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de Informação de Saúde. Disponível em <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 15 mai. 2009.

CABRAL, M. do S. C. Caminhos do Gado: **Conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1992.

COSTA NETO, J. et all. **Limnologia de três ecossistemas aquáticos característico da Baixada Maranhense**. Boletim do Labohidro/UFMA. São Luis: Laboratório de hidro biologia. 2000. v. 14/15 p.19-38. (2001/2002).

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. CAVALCANTI, C. (Org.) 4. ed. Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo populacional do Maranhão**. Maranhão: IBGE, 2000.

KLIKSBERG, B. **Por uma economia de face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130813POR.pdf>. Acesso em 15 mar. 2009.

MARANHÃO em dados 2005, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico- IMESC- São Luis, IMESC, 2007a. Disponível em <http://www.ma.gov.br> Acesso em 10 dez. 2008.

MARANHÃO, **Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão: nova séries 2002 a 2005**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos- IMESC- São Luis, IMESC, 2007b. Disponível em <http://www.ma.gov.br> Acesso em 10 dez. 2008.

MENDES, A.D. Envolvimento e desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em 19 mai. 2009.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE) Divisão de saúde mental. Grupo WHOQOL. **INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA (WHOQOL) 1998**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/Psiq/whoqol.html#sumario> Acesso em 18 mai. 2009

PEREIRA, R.C.C. **Caracterização das alterações ambientais segundo o uso dos recursos ambientais por trabalhadores rurais no alto curso do rio Pericumã**/ Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistema). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Tabela de Ranking do IDHM. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php> Acesso em 29 mai. 2009.

RIGOTO, RM e AUGUSTO, LGS. Saúde e ambiente no Brasil: **Desenvolvimento Território e Iniquidade Social**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 Sup 4:S475-S501, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s4/02.pdf> Acesso em 15 mai. 2009.

SANTOS, M. **Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**. Revista Ciência e saúde coletiva. n.08 (309-314), 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a24v08n1.pdf> Acesso em 15 mai. 2009.

SEIDL, E.M.F. e ZANNOM, C.M.L. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):580-588, mar- a b r, 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br.> Acesso em 25 mai. 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Disponível http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf Acessado em 19 em 19 mai. 2009.